

Mais do que regras e códigos, o Direito Penal se revela, na prática, como um campo de batalhas humanas, marcado por dilemas éticos, preconceitos e uma busca incessante por Justiça. Essa realidade, ao mesmo tempo dura, desafiadora e inspiradora, foi o pano de fundo da conversa transmitida pelo podcast do VIII Congresso Internacional do Conhecimento Científico do ISECENSA. Mediado pela Dra. Juliana Landim, coordenadora do curso de Direito do ISECENSA, o episódio reuniu a Dra. Ana Carolina Ramos, advogada criminalista e presidente da Comissão de Igualdade Racial, e a Dra. Rosana Alves Gama, também advogada criminalista e coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica do ISECENSA, para debater os bastidores e as verdades da advocacia criminal.

A partir do relato da Dra. Ana Carolina, a discussão abordou temas como os medos típicos do início da carreira, a coragem necessária para enfrentar um sistema permeado por desigualdades, os desafios de ser mulher e negra no ambiente jurídico, o impacto da mídia sobre os julgamentos e as competências essenciais para atuar no Tribunal do Júri.



Figura 1. Gravação do ISECAST com o curso de Direito do ISECENSA durante o VIII Congresso Internacional do Conhecimento Científico.

ISECAST



Para ouvir essa conversa na íntegra e se inspirar ainda mais com as ideias debatidas, basta acessar o QR Code acima para assistir pelo canal do ISECENSA no YouTube.

Outro ponto de destaque da conversa foi a importância de a formação acadêmica preparar o futuro advogado não só para dominar a legislação, mas para desenvolver senso crítico, empatia e firmeza diante das pressões do cotidiano forense. As convidadas reforçaram que a graduação é uma etapa crucial para cultivar essas habilidades, pois é na prática simulada, nos debates e na reflexão científica que os estudantes ganham segurança para enfrentar situações reais e imprevisíveis.

A atuação do criminalista também foi apresentada como um serviço essencial à sociedade, que exige comprometimento com a dignidade humana e a proteção de direitos fundamentais, mesmo em casos de grande comoção pública. Esse compromisso ético é ainda mais desafiador quando se enfrenta um tribunal permeado por pré-julgamentos e por um sistema penal historicamente seletivo, que recai de forma mais dura sobre as populações marginalizadas.